

Itamar, um dos maiores beneficiados com MP

Governador de Minas, entretanto, ameaça prorrogar hoje a moratória da dívida com a União

• BRASÍLIA. Mesmo negando-se a negociar com o Governo federal e mantendo-se na posição de ferrenho opositor do presidente Fernando Henrique, o governador de Minas, Itamar Franco, foi um dos maiores beneficiados pela medida provisória, editada anteontem, que antecipou recursos e concedeu vantagens de R\$ 1,2 bilhão aos estados. Com a MP, negociada na reunião do presidente com os governadores, Minas obteve uma redução de 11%, nos próximos meses, no valor do pagamento da dívida junto à União. Isso equivale a uma diminuição mensal entre R\$ 6 milhões a R\$ 8 milhões. Além disso, o estado obteve crédito de R\$ 38 milhões que poderá ser abatido do pagamento da dívida.

O secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, disse ontem que a MP não

foi baixada só para beneficiar Minas.

Guimarães destacou que o governador mineiro foi o único que não participou das negociações políticas e nem técnicas em relação à MP.

— Há várias semanas que não mantemos contato com técnicos do Governo de Minas — informou.

Outros estados também foram beneficiados. O valor do ganho de cada um dependerá de sua situação em relação às dívidas renegociadas com a União em 1993 e 1998. Dependerá ainda da adesão às vantagens previstas pela MP. Uma delas é a possibilidade de os estados reduzirem até 4% nos pagamentos mensais para a União, desde que os recursos correspondentes ao percentual de dedução sejam empregados em programas de demissão de servidores estaduais.

O secretário do Tesouro previu que alguns estados governados pela oposição provavelmente optarão pelo incentivo financeiro às demissões. Mas não quis prever quais deverão aderir.

Por isso, caso aceite os incentivos previstos na MP, Itamar Franco poderá ter uma redução dos pagamentos que faz ao Governo federal superior aos 11% previstos pela MP.

Ontem, o Governo de Minas apresentou ao STF mandado de segurança, com pedido de liminar, para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, forneça informação sobre quais unidades da federação estão inadimplentes com a União.

Itamar sinalizou ontem que poderá prorrogar hoje a moratória, inicialmente prevista para durar 90 dias, e poderá ainda reduzir o ICMS do setor automo-

tivo para 9%, contra os 12% cobrados até agora, a exemplo do que ocorreu em São Paulo.

O governador preferiu não se manifestar ontem sobre os benefícios da MP. Ele preferiu lamentar, segundo assessores, a nova retenção de recursos, feita ontem pelo Governo federal.

A Secretaria da Fazenda, segundo a assessoria de imprensa, ainda não está trabalhando com a hipótese de redução da dívida ou ajuda financeira garantida pela MP.

Como a medida provisória deixa claro que os recursos só poderão ser usado pelos estados no pagamento de dívidas com a União, espera-se que Itamar Franco restabeleça o diálogo com o Planalto, contrariando uma disposição já tornada pública pelo governador. ■